

AJ11 823

scalla fm 95,7 SÓ ELA É ASSIM

Pobreza diminui na China e aumenta na Rússia

Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Brasil melhora classificação no Índice de Desenvolvimento Humano, mas ainda permanece abaixo da Rússia, no 68º lugar

A China ficou mais rica e o leste europeu, juntamente com os países da antiga União Soviética, mais pobres. A constatação mais óbvia desde a derrocada do comunismo foi traduzida em números pelo Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 1997.

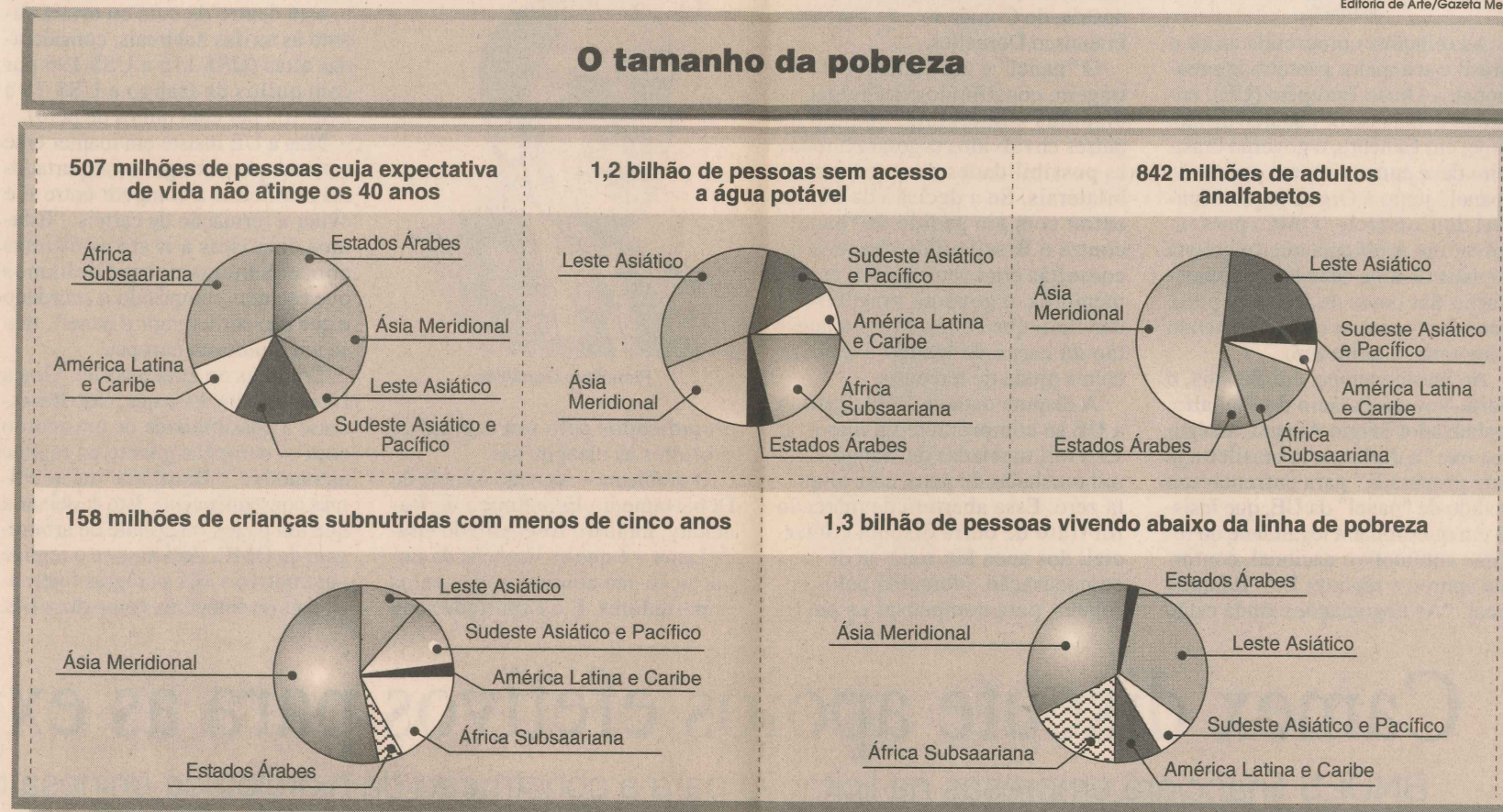
O documento ressalta a China como exemplo de País que reverteu a bonança da liberalização do comércio em benefício da qualidade de vida de sua população e os países do Leste Europeu e da Comunidade dos Estados Independentes como exemplo de maior deterioração da pobreza na última década.

Na China, diz o relatório, a condição de maior receptor de investimento direto estrangeiro do mundo e exportador capaz de aumentar suas vendas externas em dez vezes nos últimos 15 anos, ajudou a reduzir a parcela da sua população que o PNUD enquadra em "pobres por insuficiência de renda" de um terço para um décimo do total. A linha de pobreza sugerida pelo estudo é de US\$ 2 por dia para a América Latina e Caribe, US\$ 4 para a Europa do Leste e os Países da antiga União Soviética e US\$ 14,4 para os Estados Unidos e demais países industrializados.

Na Comunidade dos Estados Independentes e nos Países do leste europeu a incidência da pobreza por insuficiência de renda aumentou sete vezes desde 1988. O número de pessoas que vivem no limite de US\$ 4 por dia aumentou de 13,6 milhões para 119,2 milhões naquela região.

A Federação Russa tem um dos quadros mais dramáticos. Os salários de 1995 correspondem a 45% o valor que tinham em 1988. As taxas de suicídio aumentaram 60% e as de homicídio, 140%. Neste período, a queda na expectativa de vida baixou de 63 para 58 anos - índice comparável ao da Índia. Na Rússia, por fim, 48% da população são pobres.

Apesar de toda a deterioração da qualidade de vida na Rússia, o País continua em melhor posição que o Brasil na classificação do PNUD para o desenvolvimento. O Índice do



Desenvolvimento Humano, que mede a expectativa de vida, o nível educacional e a renda da população, coloca a Federação Russa no 67º lugar e o Brasil, logo em seguida, em 68º. Na América Latina estão melhor colocados que o Brasil, Argentina (36º), Chile (30º), Costa Rica (33º), Uruguai (37º), Venezuela (47º), México (50º) e Colômbia (51º).

Os latino-americanos pior classificados que o Brasil foram Cuba (86º), Peru (89º), Paraguai (94º), El Salvador (112º), Bolívia (113º), Honduras (115º), Guatemala (117º), Nicarágua (127º) e Haiti (156º).

Uma mudança de metodologia no processamento dos índices colhidos pelo PNUD a partir deste ano dificultam as analogias com classificações de relatórios anteriores. A única ana-

logia autorizada aponta uma melhoria para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 1994 em comparação com o de 1993. O IDH passou de 0,774 para 0,783. Pela revisão da metodologia, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil em 1994 ficou em US\$ 5,233 mil, um aumento de 6% em relação ao de 1993. Pela metodologia anterior, o aumento havia sido de 4%. O índice de 1994 refletiu os seis primeiros meses de vigência do plano Real.

O relatório também revela um avanço da pobreza no mundo desenvolvido. Oito países industrializados - Bélgica, França, Estados Uni-

dos, Holanda, Alemanha, Grã-Bretanha, Espanha e Irlanda - já registram mais de 10% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. A estes países foi aplicada renda diária de US\$ 14,4 como limiar de pobreza.

O relatório arrisca uma quantificação para os prejuízos causados pela globalização aos países em desenvolvimento. Estima-se em US\$ 500 bilhões as perdas anuais decorrentes do acesso desigual ao comércio, trabalho e finanças - 10 vezes mais do que se gasta hoje em ajuda externa.

Apesar de o peso do comércio internacional no Produto Interno Bru-

to (PIB) tenha aumentado de forma geral, diz o relatório, esta proporção diminuiu em 44 países em desenvolvimento, que somam mais de um bilhão de pessoas.

As regras do jogo no comércio internacional, como a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Comércio (GATT), diz o PNUD, não ajudaram a mudar este quadro - "Os países em desenvolvimento, com três quartos da população mundial, terão apenas de um quarto a um terço dos ganhos de rendimentos gerados - e grande parte deles irá para uns poucos exportadores poderosos da Ásia e da América Latina".

Dois terços de todo o investimento estrangeiro direto no mundo têm ido apenas para oito países em desenvolvimento e mais da metade

dos países em desenvolvimento tem sido completamente excluída desse fluxo de capitais.

Além do tradicional IDH, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento introduz um índice novo a partir do relatório de 1997 - o "Índice de Pobreza Humana". Ao invés de usar o rendimento, tradicional medida de pobreza, o IPH leva em consideração três variáveis: curta duração de vida, falta de educação elementar e a falta de acesso aos recursos públicos e privados.

"A medida pretende ajudar a centrar a atenção nas muitas dimensões da pobreza, não apenas no rendimento", diz Richard Jolly, coordenador principal do relatório. "Um valor estimado em 1,3 bilhão de pessoas sobrevive com menos de 1 dólar por dia. Mas há outras necessidades. Perto de um bilhão de pessoas são analfabetas. Bem mais de um bilhão não têm acesso à água. Uns 840 têm fome ou enfrentam insegurança alimentar. E cerca de um terço das pessoas dos países menos desenvolvidos - a maior parte dos quais na África Subsaariana - não esperam ultrapassar os 40 anos".

Entre os 78 países incluídos no índice, Trinidad e Tobago, Cuba, Chile, Cingapura e Costa Rica são os melhor posicionados. Foram capazes de reduzir a pobreza para menos de 10% de sua população. Entre os pior classificados estão sete países onde a pobreza hoje ultrapassa 50%: Niger, Serra Leoa, Burkina Fasso, Etiópia, Mali, Camboja e Moçambique. O Brasil foi excluído dessa classificação por não ter fornecido os dados necessários ao PNUD.

Para reverter o avanço da pobreza no mundo, o PNUD faz sete recomendações: uma política de gestão macroeconômica que evite o evasão massiva de capitais em países sob crise, a eliminação do dumping sobre produtos agrícolas, a "cooperação social" de multinacionais, o aviltamento dos salários com vistas à atração de investimentos, o acesso democratizado às inovações tecnológicas mundiais, o perdão da dívida para os 20 países mais gravemente afetados e o crescimento da ajuda bilateral.